



DECOLONIALIDADE E O LETRAMENTO CRÍTICO DE PESSOAS NEGRAS

DECOLONIALIDAD Y LA LITERACIA CRÍTICA DE PERSONAS NEGRAS

DECOLONIALITY AND CRITICAL LITERACY OF BLACK INDIVIDUALS

Rosilene Aparecida Oliveira Costa¹

Daniel Mill²

Resumo

Este ensaio teórico aprofunda a importância da abordagem decolonial no letramento digital de pessoas negras, destacando as profundas marcas da colonização na constituição cultural e social do Brasil. Ao explorar as raízes coloniais do país, o texto revela a construção de narrativas distorcidas que perpetuam preconceitos e estigmas sobre povos originários e pessoas negras. Para além da ocupação territorial, o ensaio analisa a anulação cultural e desumanização de povos africanos e indígenas durante o processo de colonização, ressaltando a persistência dessa estrutura na sociedade contemporânea. A importância do movimento decolonial para a desconstrução dessas estruturas é enfatizada, promovendo uma análise sobre o impacto desse processo sobre a garantia de direitos fundamentais às pessoas negras. A segunda parte do ensaio concentra-se no letramento digital crítico de pessoas negras, destacando as desigualdades persistentes no acesso à tecnologia no Brasil. Explorando a influência de grandes corporações na experiência online, o texto aponta para a reprodução de estigmas e preconceitos, especialmente contra grupos historicamente marcados pelo colonialismo. Exemplos, como a visão computacional, evidenciam vieses raciais nas categorizações de imagens. O letramento digital crítico é apresentado como um processo emancipatório para compreender e resistir a essas dinâmicas, para a necessária emancipação das populações vulnerabilizadas. O ensaio destaca a necessidade de um compromisso coletivo para superar desafios, incluindo regulações para a internet, investimentos em infraestrutura e uma abordagem educacional que reconheça as relações étnico-raciais. Em última análise, enfatiza a importância de romper com ideologias colonialistas para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Decolonialidade, letramento digital, racismo

1. Licenciatura em Educação Artística, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). <https://orcid.org/0009-0001-2662-2356> e-mail: rosioliv@gmail.com.br

² Doutor em Educação pela UFMG, pós doutor pela Universidade Aberta de Portugal e Universidade de Coimbra-Portugal, professor da Universidade Federal de São Carlos. <http://orcid.org/0000-0002-8336-3645> e-mail: mill@ufscar.br

Abstract:

This theoretical essay delves into the importance of the decolonial approach in the digital literacy of Black individuals, highlighting the deep imprints of colonization on Brazil's cultural and social fabric. By exploring the country's colonial roots, the text unveils the construction of distorted narratives that perpetuate prejudices and stigmas against Indigenous peoples and Black individuals. Beyond territorial occupation, the essay examines the cultural annihilation and dehumanization of African and Indigenous peoples during the colonization process, emphasizing the persistence of this structure in contemporary society. The essay underscores the importance of the decolonial movement in dismantling these structures, fostering an analysis of its impact on ensuring fundamental rights for Black individuals. The second part of the essay focuses on the critical digital literacy of Black individuals, emphasizing the persistent inequalities in technology access in Brazil. Exploring the influence of major corporations on the online experience, the text points to the reproduction of stigmas and prejudices, particularly against groups historically marked by colonialism. Examples, such as computer vision, highlight racial biases in image categorizations. Critical digital literacy is presented as an emancipatory process to comprehend and resist these dynamics, contributing to the necessary empowerment of vulnerable populations. The essay underscores the need for collective commitment to overcome challenges, including internet regulations, investments in infrastructure, and an educational approach that recognizes ethnic-racial relations. Ultimately, it emphasizes the importance of breaking away from colonialist ideologies to construct a more just and egalitarian society.

Keywords: Decoloniality, Digital Literacy, Racism

Resumen:

Este ensayo teórico profundiza en la importancia del enfoque decolonial en la alfabetización digital de personas negras, resaltando las profundas huellas de la colonización en la constitución cultural y social de Brasil. Al explorar las raíces coloniales del país, el texto revela la construcción de narrativas distorsionadas que perpetúan prejuicios y estigmas contra los pueblos originarios y las personas negras. Más allá de la ocupación territorial, el ensayo examina la anulación cultural y deshumanización de los pueblos africanos e indígenas durante el proceso de colonización, enfatizando la persistencia de esta estructura en la sociedad contemporánea. El ensayo destaca la importancia del movimiento decolonial para dismantelar estas estructuras, promoviendo un análisis de su impacto en la garantía de derechos fundamentales para las personas negras. La segunda parte del ensayo se centra en la alfabetización digital crítica de personas negras, resaltando las persistentes desigualdades en el acceso a la tecnología en Brasil. Al explorar la influencia de las grandes corporaciones en la experiencia en línea, el texto señala la reproducción de estigmas y prejuicios, especialmente contra grupos históricamente marcados por el colonialismo. Ejemplos, como la visión computacional, ponen de manifiesto sesgos raciales en las categorizaciones de imágenes. La alfabetización digital crítica se presenta como un proceso emancipatorio para comprender y resistir a estas dinámicas, contribuyendo a la necesaria empoderación de las poblaciones vulnerables. El ensayo destaca la necesidad de un compromiso colectivo para superar desafíos, incluyendo regulaciones para Internet, inversiones en infraestructura y un enfoque educativo que reconozca las relaciones étnico-raciales. En última instancia, enfatiza la importancia de romper con las ideologías colonialistas para construir una sociedad más justa y equitativa.

Palabras clave: Decolonialidad, Alfabetización Digital, Racismo

Introdução

Os últimos anos foram marcados por eventos impactantes que transcenderam fronteiras e trouxeram à tona reflexões sobre o futuro da sociedade global. A pandemia, crises climáticas e conflitos entre nações não apenas expuseram vulnerabilidades, mas também suscitaram uma urgência coletiva em repensar valores e práticas que orientam a convivência humana.

Ainda nesse contexto, a velocidade e o alcance da informação amplificaram a visibilidade de cenários de pobreza e desigualdade, revelando situações desumanizantes que mobilizaram a solidariedade e fomentaram críticas diretas a essas realidades. Embora a pobreza e a desigualdade não sejam fenômenos recentes e muito menos inéditos, alimentaram debates importantes sobre esse panorama e uma dualidade complexa de interpretações.

Por um lado, a indignação, a mobilização de grupos e setores da sociedade para a necessidade urgente do enfrentamento das disparidades sociais. Por outro lado, a persistência de visões polarizadas que, em alguns casos, minimizam ou até mesmo negam a extensão dos problemas, aprofundando as divisões na sociedade.

Muitos núcleos de resistência são provenientes de grupos e populações em situações de opressão e desvantagem, que mobilizam movimentos em favor da própria sobrevivência. Negros, indígenas, populações de tradição regional aparecem no cenário atual como vozes que contestam sua condição de desfavorecimento social e tentam manter e conquistar novos territórios, fortalecer identidades e sobreviver com dignidade na atualidade. Esses movimentos não são inéditos, são o fruto de muitas gerações de luta.

A ecologia digital, por um lado trouxe novas possibilidades de visibilidade aos movimentos de povos originários. Isso, por ser um veículo fortíssimo de comunicação e conexão entre as pessoas. Por outro lado, o universo digital se insere na estrutura que ainda é dominada pela padronização de conceitos e ideologias coloniais. Assim, torna-se um vetor significativo tanto para a emancipação quanto para a persistência da dominação.

No contexto das pessoas negras, a dinâmica digital assume um papel ambíguo, servindo simultaneamente como meio de fortalecimento e como uma ferramenta que perpetua as desigualdades historicamente estabelecidas.

Esse ensaio teórico irá explorar a importância da abordagem decolonial no letramento digital de pessoas negras. Essa questão se insere em um contexto imerso em contradições, tanto em retrocessos quanto em resistência, na busca pelas transformações de cenários desfavoráveis. Mesmo diante de contradições, há aspectos colocados por Santos (20021, p.10) que podem se revelar como potenciais possibilidades de transformações:

Considerando o que atualmente se verifica no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas e gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da

informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. (Santos, 2001, p. 10)

Para Santos (2001, p. 10), há um aspecto esperançoso e positivo associado ao reconhecimento do pluralismo de pessoas e de seus saberes. Isso pode servir como um motor potente de transformação ao fortalecer coletivos identitários por meio da visibilidade, promoção do diálogo e reconhecimento de culturas diversas, rompendo, assim, com a tradição de uma narrativa única.

No primeiro capítulo sobre decolonialidade e racismo traz a análise sobre a emergência da decolonialidade como para a necessária transformação de valores e práticas sociais que mantém a permanência de dominação e deslegitimação de populações dominadas pelos colonizadores. Este capítulo mergulha nas raízes coloniais do Brasil, expondo narrativas distorcidas sobre povos originários e pessoas negras. Ao discutir a colonialidade e suas marcas persistentes, para compreender o impacto profundo dessas estruturas na sociedade brasileira destacando a necessidade de desconstrução para avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

No segundo capítulo sobre o letramento digital crítico de pessoas negras como um processo decolonial, a emancipação a partir da compreensão das dinâmicas tecnológicas e sua estrutura racializada e discriminatória.

Esperamos que essa discussão possa favorecer a compreensão da intersecção racialidade e tecnologias digitais, bem como as perspectivas de superação de modelos com vistas a necessária transformação social.

Decolonialidade e racismo

O país que hoje chamamos de Brasil, foi constituído a partir de uma trajetória de transgressões, violência e opressão. Nossa história foi construída com a sobreposição de narrativas que perpetuam distorções e ocultam aspectos cruciais de seu passado.

O discurso dominante apresenta uma narrativa onde os povos originários são retratados como intrusos em seu próprio território, vencidos por personagens considerados heróis nacionais. Como nos coloca Freire (1987), “o mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedoras da ordem que encarna a “civilização ocidental e cristã” (FREIRE, 1987, p. 137). Da mesma forma, a história narrada sobre as pessoas negras oculta a brutalidade da escravização, na qual indivíduos negros foram sistematicamente esvaziados de sua humanidade.

A versão que ainda se mantém como oficial guarda a noção de “descoberta”. A chegada pacífica de indivíduos que vieram para trazer civilidade e modernidade a nossa terra. Essa linha narrativa oculta e dificulta a compreensão de que a colonização ocorreu à custa da deslegitimação das identidades dos povos africanos e da população local indígena. A relação colonização e dominação foi estrategicamente ocultada, bem como seus resultados, como o apagamento de identidades, desumanização de corpos e subjetividades dos povos originários e africanos escravizados.

Entendemos que a colonização é um processo mais amplo do que a tomada de um território, mas uma prática de dominação que envolve a submissão de um povo a outro. Essa dominação, muito além de sequestro territorial, é a total anulação e submissão de um povo. A dominação é um processo devastador para os dominados, como afirma Freire (2000):

A presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico, mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bichos, nada disto pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, corremos o risco de “amaciar” a invasão e vê-la como uma espécie de presente “civilizatório” do chamado Velho Mundo (FREIRE, 2000, p. 34).

O sistema de colonização se enraíza nas estruturas dos territórios dominados, mesmo após um processo jurídico e político de desvinculação. Essas marcas coloniais são definidas como o fenômeno da colonialidade. O autor Quijano (2005) define a colonialidade como a manutenção do poder colonial ao território. A marca da colonialidade é a permanência de padrões do pensamento ocidental nas estruturas sociais, constituindo um modelo que relaciona todas as dimensões da humanidade: estética, moral, epistêmica, geoespacial e geopolítica as referenciais de matrizes eurocêntricas.

Segundo Quijano (2005), a colonialidade engloba relações de poder conhecidas como a "colonialidade do poder", que se estrutura por dualismos associados ao pensamento europeu em contraste com tudo o que se origina nos territórios dominados. Nessa dinâmica, prevalece a ideia de conferir mais valor a elementos relacionados ao mundo Ocidental, enquanto as expressões culturais das Américas, Continente Africano e outros territórios colonizados são consideradas inferiores e primitivas. Assim, forjam relações duais, reforçando contrastes e valores: brancos e não brancos, Norte e Sul, civilizado e primitivo, dentro e fora.

O movimento decolonial é um processo de desconstrução dessas estruturas tão fortemente incrustadas nos sistemas. O pensamento decolonial, consiste no esforço analítico para entender e problematizar a manutenção das condições colonizadas buscando a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação na superação da hierarquização dos povos baseados na diferenciação por meio da raça, etnia, gênero, sexualidade e classe. (SILVA, 2021, p.123).

O pensamento decolonial é antes um pensamento fronteiro. As fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também conhecimentos formulados a partir das perspectivas cosmovisões ou experiências dos sujeitos dominados.

A decolonialidade no Brasil é um processo intensamente complexo, composto por muitas camadas. A etnografia brasileira é composta por uma multiplicidade de etnias e culturas, cada uma afetada de forma singular pelo legado da colonização, embora haja aspectos comuns entre as estratégias de dominação.

Nesse contexto, a escravização de pessoas negras culminou, de maneira sucinta, na consolidação de uma estrutura social impregnada por uma cultura racista. Assim, não há

como dissociar a decolonialidade a uma cultura antirracista. O pensamento decolonial se manifesta na desvinculação de práticas e pensamentos coloniais, a rupturas histórico-culturais que nos remetem ao reconhecimento da nossa subjetividade pessoal e social que foi amortecida ou negada, por meio de visões lineares de origem ocidental, que praticaram o epistemicídio e o genocídio dos indivíduos nativos e afro diaspóricos (JUNIOR, UDE, 20219 p.177).

A noção de raça, como colocam Junior e Ude (xxxx), foi o maior êxito da colonialidade do poder enquanto sistema de dominação. Raça é um conceito construído, forjado pelo colonialismo em intersecção direta com o capitalismo. Parte de diferenças fenotípicas entre os conquistadores e conquistados, promovendo diferenciação e classificação dos grupos. As relações sociais, a partir dessa perspectiva, produziu na América, identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes. (Quijano, 2005, p.177).

Dessa forma, os grupos inseridos nesse contexto, identificados por sua "raça" ocupam determinados lugares sociais. Gonzalez (1982) na obra "Lugar de Negro", denuncia a perversidade do pensamento colonial para as condições de existência material da população negra. Partindo da teoria do lugar natural de Aristóteles, associa as ideias condicionantes que determinam, em todas as estruturas sociais, um lugar natural para o grupo branco dominante e outro para a população negra. Assim, lugar de pessoas brancas são caracterizadas e relacionadas às moradias amplas e espaçosas, situadas nos territórios com melhor infraestrutura, e devidamente protegida por diferentes agentes, que lhes garantem privacidade e segurança. Já o lugar natural do negro é o oposto, são as fronteiras dos territórios, infraestrutura precária, favelas, cortiços, prisões. Configura-se uma divisão racial dos espaços e logo da sociedade (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Nesse complexo contexto, a narrativa nacional da "democracia racial" se insere como uma ideologia perversa, que preserva uma noção distorcida das relações e da estrutura política e social. É uma ideologia alienante que falseia uma realidade violenta de negação de oportunidades materiais para a vida e dignidade de pessoas negras. Escancara-se, assim, que o "[...] racismo é, acima de tudo, uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, 'este velho direito soberano de morte' (Mbembe, 2016, p. 128).

A democracia racial no Brasil é uma chaga ideológica que se instalou como um projeto estratégico, mascarando as tensões e resistências dos povos oprimidos desde a época da colonização. Essa ideologia distorce a verdadeira natureza da miscigenação, ao apagar as identidades étnicas e culturais e promover uma suposta "conciliação" entre as para a formação do sujeito brasileiro. Ao criar uma falsa noção de igualdade, tanto em termos de identidade quanto de oportunidades, a democracia racial esvazia as demandas e os movimentos de luta por condições mais justas de sobrevivência. Esse processo, ao negar a história e a identidade das pessoas, também se recusa a reconhecer a violência e perversidade do racismo.

A decolonialidade representa um processo profundo de desconstrução e ruptura com uma ideologia que manipulou a noção de raça, estabelecendo estratificações sociais que resultaram em desfavorecimento e desvantagens para a população negra. Essa construção ideológica incide materialmente em condições desiguais relacionadas à habitação, educação e acesso à saúde. Além de moldar estruturas sociais, esses lugares

determinantes exercem influência na formação de subjetividades, contribuindo para a construção simbólica de identidades negras vinculadas a estereótipos como animalizados, primitivos e inferiores, perpetuando a ideia de que estão destinados a servir, obedecer e seguir o pensamento branco europeu.

Os movimentos sociais identitários emergem como a força motriz para a desconstrução e ressignificação dos lugares sociais constituídos pela colonialidade e pelo racismo. É fundamental compreender que a luta desses movimentos se insere em um contexto mais amplo, visando assegurar condições sociais dignas para todas as pessoas. Assim, trata-se de uma batalha coletiva que transcende as fronteiras de grupos específicos. A sociedade como um todo precisa reconhecer e se engajar nessa dinâmica de luta e resistência para a busca por equidade, inclusão e justiça, contribuindo para a construção de um futuro no qual todas as pessoas possam desfrutar de condições sociais dignas e igualdade de oportunidades.

Letramento Digital Crítico de pessoas negras

Um dos legados mais críticos da colonialidade é a constituição de cenários de pobreza e desigualdade. Nesse contexto, mesmo com as possibilidades e facilidades do universo digital, a entrada dessa tecnologia nos territórios ocorre de maneira desigual, mantendo situações de privilégio para aqueles que se mantêm na esfera de proteção agentes de poder.

Em 2023, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação realizou uma pesquisa sobre as TIC, Tecnologias da Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros. Concluíram que houve um aumento significativo do acesso à população à rede mundial de computadores, no entanto, esse cenário tem disparidades importantes.

Atualmente, 84% das residências no Brasil estão conectadas à internet. No entanto, aproximadamente 24 milhões de pessoas permanecem sem acesso à rede, com 17 milhões declarando-se pretas ou pardas e outros 17 milhões pertencendo às classes D e E. Entre a população das classes C, D e E, a maioria acessa a internet exclusivamente por dispositivos móveis, totalizando 58% dos usuários do país, sendo que 64% desse grupo são negros. Em contraste, 99% dos lares que acessam a internet por meio de computadores pertencem à classe A. Essa discrepância evidencia desigualdades significativas no acesso à tecnologia.

Esse centro de pesquisa introduz o conceito de "conectividade significativa", referindo-se a um conjunto de habilidades adquiridas e praticadas por aqueles que utilizam o ciberespaço. O acesso predominante via smartphones, aliado a deficiências na qualidade da conexão, como baixa velocidade, são indícios de fragilidades nas possibilidades de acesso a recursos e serviços. Apesar do aumento no acesso, não há garantia de uma conectividade significativa, avalia Alexandre Barbosa (2023), gerente do Cetic.br|NIC.br:

apesar do recuo, o número de brasileiros desconectados ainda é preocupante, na medida em que muitas atividades e serviços são disponibilizados exclusiva ou preferencialmente no ambiente online.

Não ter acesso à Internet pode significar estar excluído de inúmeras oportunidades, avalia Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br|NIC.br.

O que se verifica é a permanência de um cenário de desigualdade direcionado a determinadas populações e territórios, na descendência que segue marcada pela colonialidade.

Poucos compreendem que a internet é um serviço com fins comerciais. Essa gama de recursos, ferramentas e serviços são fornecidos por grandes corporações. Estas estão ligadas a grupos hegemônicos, de origem imperialista, que utilizam esses recursos como ferramentas estratégicas para a manutenção e ampliação de seu poder, seja ele econômico, político ou social.

Na atualidade, a informação é uma forma de capital, uma simples navegação na web gera uma ampla gama de informações sobre interesses dos indivíduos, possibilitando a manipulação de dados e a personalização de resultados, direcionando as informações e serviços, de acordo com o perfil de cada usuário.

O sistema algorítmico, responsável pela organização e apresentação dessas informações, são estruturas dinâmicas que se alimentam das preferências e comportamentos individuais. São organizados a partir de categorizações, determinadas por informações condicionantes que enquadram as pessoas em determinadas categorias.

Não há neutralidade ou imparcialidade na internet, a organização algorítmica é realizada por humanos, por determinados pensamentos e ideologias direcionados a determinados fins e intencionalidades das grandes oligarquias.

Essa categorização normaliza determinadas padronizações, sendo imperceptíveis aos usuários menos críticos e atentos. Os algoritmos têm o poder de moldar a experiência online de cada indivíduo, criando bolhas de conteúdo que podem limitar a diversidade de perspectivas e perpetuar visões estigmatizadas.

No contexto de um sistema fortemente marcado pelo colonialismo, essas dinâmicas algorítmicas tornam-se um instrumento de reprodução de estigmas que perpetuam preconceitos associados a grupos historicamente marcados pelo sistema colonial.

E como isso acontece? A visão computacional é uma área da ciência da computação e Inteligência Artificial voltada à análise, interpretação e coleta de informações de imagens e vídeos.

A indexação e entrega de imagens por serviços como Google e Bing estão impregnados por vieses ideológicos, imersos em racialidade e preconceito, “na construção de grandes bases de imagens, “tudo é planejado e pinado com uma etiqueta, como borboletas de taxidermia em um mostrador. Os resultados podem ser problemáticos, ilógicos e cruéis” (Silva, 2022. p.100)

Os negros, nesse sistema, são “etiquetados” a partir de padrões do racismo estrutural. O racismo, conforme Almeida (2021, p.33), é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam.

Cotidianamente acompanhamos histórias de pessoas negras que foram detidas por meio de reconhecimento facial, em virtude de suas características fenotípicas. No Brasil, uma

grande empresa de geração de dados, utilizou algoritmos para agrupar os segmentos da sociedade com características semelhantes, a partir de aspectos como estilo de vida, localização, comportamento de consumo e financeiro. O resultado foi o enquadramento do brasileiro em grupos e subgrupos, entre eles “Juventude Trabalhadora Urbana, Jovens da Periferia, Habitantes de Zonas Precárias”. Quando as empresas acessam esses vastos bancos de dados para a tomada de decisões, como a contratação de novos funcionários, ela pode decidir que os currículos de jovens classificados como habitantes de zonas periféricas não são adequados para obter créditos ou conseguir um bom posto de trabalho (Silveira, 2021, p. 26).

O letramento digital de pessoas negras deve trazer os aspectos da estruturação da rede, do colonialismo de dados. Essa compreensão é fundamental para que as pessoas percebam e possam se defender, interferir e promover processos de resistência e transformação desse cenário. Compreender os modos pelos quais o racismo se imbrica nas tecnologias digitais através de processos “invisíveis” nos recursos automatizados e/ou definidos pelas plataformas, tais como recomendação de conteúdo, moderação, reconhecimento facial e processamento de imagens (SILVA, 2022, p.27).

A emancipação é um processo de consciência, de superação de uma visão envolta em alienação sobre a estrutura perversa e sistêmica de organização da sociedade. Para pessoas negras a emancipação é um caminho complexo de percepção, sobre como a estrutura colonialista e racilizada promove desvantagem, desumanização e discriminação aos negros. Essa estrutura influencia e modela toda gama das relações sociais e inevitavelmente os sistemas da ecologia digital.

Assim, o letramento digital crítico de pessoas negras, numa perspectiva emancipadora, deve potencializar interações e possibilidades dos próprios sujeitos se engajarem nas atuais dinâmicas sociotécnicas de forma ativa, participativa, propositiva e construtora de novas realidades sociais (PRETTO; BONILLA, 2011).

Esse é um desafio que deveria comprometer todos os setores da sociedade, desde regulações para a internet, investimentos massivos em infraestrutura para territórios e populações vulneráveis e processos formativos que evidenciam os aspectos coloniais na ecologia digital.

Nesse contexto, a educação tem um papel fundamental, sendo a escola uma agência estratégica de democratização do conhecimento. O letramento digital também acontece na escola e deve trazer a necessária intersecção com as relações étnico raciais. A educação das relações étnico raciais é um princípio, que deve ser transversal a todas as áreas do conhecimento, para promover a ruptura das estruturas ideológicas produzidas sobre a história, identidades e lugares sociais das pessoas negras.

Considerações Finais

O debate antirracista tem se intensificado nas últimas décadas, mobilizados pelas resistências de movimentos identitários, impulsionados pelos recursos das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Na contemporaneidade as novas gerações têm maior acesso a narrativas mais justas de sua própria história, resultado tanto da amplificação das vozes dos sujeitos quanto das oportunidades de acesso e garantia de direitos proporcionadas por políticas públicas, como a política de cotas e legislações de proteção às pessoas.

Apesar dos avanços significativos no fortalecimento das identidades negras, persiste uma estrutura resistente que não apenas perpetua, mas muitas vezes intensifica o racismo estrutural. Tanto no meio físico quanto no digital, estamos imersos em concepções colonistas que moldam a estrutura do ecossistema digital.

É imperativo que as pessoas negras, juntamente com toda a sociedade, identifiquem, compreendam e transformem essa arquitetura, possibilitando assim processos de transformação da realidade sob uma perspectiva de igualdade de direitos e equiparação de condições sociais.

A luta antirracista não deve se restringir ao âmbito dos movimentos identitários ou do movimento negro em suas diversas manifestações. Mas antes, deve ser encarada como um compromisso coletivo de emancipação, no qual todos os setores da sociedade possam se engajar para efetivar mudanças decoloniais em todas as dimensões da vida em sociedade. O engajamento coletivo é essencial para construir uma base sólida e duradoura para a erradicação do racismo estrutural e para promover uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BONILLA, Maria Helena. **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qfgmr/pdf/bonilla-9788523212063.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BUZATO, Marcelo El Khouri. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 25, n. 1, p. 01-38, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/kgCZ89jPSGTy85Z9ncL5m9c/abstract/?lang=pt#>.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 3, 1999

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.BR). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: **Pesquisa TIC Domicílios, ano 2023: Relatório metodológico**. São Paulo: CGI.br, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios>

Costa Júnior, J. da, & Ude, W. (2019). Educação afrodiaspórica e transformações na prática universitária: o SUEar como uma perspectiva decolonial entre saberes. **Revista Interdisciplinar Sulear**. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4159> Acesso: 03/03/2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas, SP. Papyrus, 2012.

Mbembe, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americana, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SILVA, B.A. C. Entre o colonizador e o colonizado: a concepção de colonialismo e de relações de poder nas obras de Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire. **Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiro** Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/15280>

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, SOUZA, Joyce e CASSINO, João Francisco, orgs. **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021

Recebido em: 11/04/2024

Aprovado em: 12/08/2024